POLÍTICA

Parceria contra corrupção

Ministério Público Estadual e Controladoria Geral da União firmaram convênio para atuação conjunta

Ministério Público Estadual (MPE) e a Controladoria Geral da União (CGU) firmaram um convênio para combater a corrupção no Estado.

Um dos objetivos dessa parceria é fechar o cerco contra os maus administradores, que lesam o patrimônio público, desviando verbas ou aplicando indevidamente os recursos que deveriam ser utilizados em benefício da sociedade.

O convênio, que abrange a administração estadual e a municipal, foi assinado na última terça-feira pelo procurador-geral de Justiça do Estado, José Maria Rodrigues de Oliveira Filho, em Brasília.

Com essa iniciativa, os dois órgãos vão conseguir ampliar as articulações, a integração e o intercâmbio entre o Ministério Público e a Controladoria Geral da União.

O prazo de duração desse con-



vênio é indeterminado, podendo ser modificado ou denunciado por qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 dias.

O convênio entra em ação depois que for publicado no Diário Oficial da União. Na última segunda-feira, ele foi publicado no Diário Oficial do Espírito Santo.

Otimista, Oliveira Filho disse que tem convicção de que deu um grande passo no combate à corrupção e à impunidade no Estado.

Para ele, essa parceria vai agilizar o processo de responsabilização civil, administrativa e criminal dos culpados, além de colaborar com órgãos constituí-



José Maria Rodrigues de Oliveira Filho assinou o convênio com a Controladoria da União

dos que atuam no combate à corrupção.

PARCERIA

A troca de informações começa a partir do momento que

for constatado qualquer indício de cometimento de ilícito criminal ou de improbidade administrativa.

Nesse caso, a CGU tem a missão de fornecer informações e en-

caminhar documentos ao MPE.

O Ministério Público, por sua vez, se encarregará de realizar diligências para apurar suspeitas de irregularidades praticadas na administração pública.

